

Escrita, subjetividade, tecnologia de comunicação

Márcio Souza Gonçalves

Márcio Souza Gonçalves é Doutor em Comunicação pela UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo escrito vários trabalhos sobre temas da área de Comunicação.

Resumo

O presente texto aborda as implicações subjetivas e epistemológicas da escrita, a partir da análise de três autores fundamentais, Jack Goody, Eric Havelock e Marshall McLuhan. Segue-se então uma discussão crítica do modo como estes compreendem a relação entre meio de comunicação e cultura, notadamente através de um tipo de determinismo tecnológico.

Palavras-chave: Escrita; Subjetividade; Epistemologia

Abstract

The paper discusses the subjective and epistemological implications of writing, based on three fundamental scholars, Jack Goody, Eric Havelock and Marshall McLuhan. This discussion is followed by a critical analysis of the way the three authors consider the relationship between media and culture, most of all by use of a kind of technological determinism.

Keywords: *Writing; Subjectivity; Epistemology*

Introdução

Serão abordados aqui brevemente os efeitos mentais e psicológicos, subjetivos, bem como as conseqüências epistemológicas, de uma tecnologia específica de comunicação, tal como compreendidos por três autores canônicos, Eric Havelock, Marshall McLuhan e Jack Goody. Dado o espaço de que dispomos, não temos a pretensão de abordar estes autores de modo exaustivo, mas apenas de indicar linhas de investigação. A seguir serão tecidas algumas considerações sobre o modo de compreender a relação entre mídia, cultura e subjetividade, com especial ênfase para a discussão da forma de causalidade que liga esses campos.

A tecnologia de comunicação em questão é a escrita. Concordamos assim com Ong, para quem

a escrita (e especialmente a alfabética) é uma tecnologia, exige o uso de ferramentas e outros equipamentos: estiletos, pincéis ou canetas, superfícies cuidadosamente preparadas, peles de animais, tiras de madeira, assim como tintas, e muito mais. (...) A escrita é, de certo modo, a mais drástica das três tecnologias [escrita, prensa, computador]. Ela iniciou o que a impressão e os computadores apenas continuam, a redução do som dinâmico a um espaço mudo, o afastamento da palavra em relação a um presente vivo, único lugar em que as palavras faladas podem existir (1998, p. 97).

Os três autores mencionados são fundamentais, cada um a seu modo, para a discussão da escrita e de seus efeitos, e nossa abordagem de suas respectivas teorias se reveste de um caráter epistemológico na medida em que, além de abordar o conteúdo específico das teorias propostas, procura discutir alguns de seus pressupostos implícitos (notadamente no que toca à causalidade) e paradigmas subjacentes.

A escrita e o mental

Os efeitos da escrita mais imediatos estão situados na subjetividade humana. A questão primeira a ser aqui referida é portanto: de que modo a escrita afeta nossa subjetividade e nosso aparelho cognitivo e reflexivo?

Um autor que imediatamente vem à mente é evidentemente McLuhan. As proposições do canadense são bastante conhecidas (ainda que nos últimos anos tenham caído num certo ostracismo teórico, que só recentemente começa a dar sinais de esmaecimento), de modo que serão aqui sucintamente mencionadas, o que permitirá uma discussão um pouco mais aprofundada dos dois outros autores, menos populares.

Para McLuhan, as tecnologias de comunicação afetam diretamente o equilíbrio entre nossos sentidos. “Os efeitos da tecnologia não ocorrem ao nível das opiniões e dos conceitos: eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, num passo firme e sem qualquer resistência” (McLUHAN, 2005, p. 34). Tal afetação é a base primeira da idéia de que o meio é a mensagem: a mensagem de todo meio é o próprio conjunto de efeitos que produz, independentemente do conteúdo veiculado, sendo o

efeito primordial uma reestruturação do jogo de equilíbrio de nossa sensibilidade. Ora, a partir dessa tese geral, McLuhan faz uma leitura da história dos meios de comunicação escandindo, grosso modo, três grandes momentos. Um primeiro momento, que podemos chamar de tribal, pré-escrita, oral: “As culturas tribais não podem agasalhar a possibilidade do indivíduo ou do cidadão separado. Sua idéia de espaço e tempo não é contínua nem uniforme, mas emotiva e compressiva em sua intensidade” (McLUHAN, 2005, p. 103). Segue-se, historicamente, o segundo momento, a chamada Galaxia de Gutemberg, cujos dois marcos cruciais são a escrita e a prensa tipográfica. Em terceiro lugar temos a Aldeia Global, que fecha o circuito, promovendo um retorno planetário do tribal. Michel Maffesoli, nesse sentido, é totalmente mcluhaniano. Ora, a cada um desses momentos pode-se fazer corresponder um jogo de nossa sensibilidade.

As culturas orais primitivas são culturas de integração sensível, já que “a palavra falada envolve todos os sentidos intensamente (...)” (McLUHAN, 2005, p. 95). A primazia do visual, por seu turno, característica das culturas letradas, engendra uma certa forma de funcionamento cognitivo e de modo mais amplo, subjetivo, marcada pela racionalidade, linearidade, fragmentação, isolamento. A visualidade é a moradia de um novo homem, o letrado: “O homem letrado sofre uma compartimentação de sua vida sensória, emocional e imaginativa (...)” (McLUHAN, 2005, p. 107). O retorno tribal contemporâneo das culturas eletrônicas reintegra nossa sensibilidade. Veja-se a TV:

A imagem da TV exige que, a cada instante, “fechemos” os espaços da trama por meio de uma participação convulsiva e sensorial que é profundamente cinética e tátil, porque a tatilidade é a inter-relação dos sentidos, mais do que o contato isolado da pele e do objeto (McLUHAN, 2005, p. 352).

Para McLuhan, portanto, os efeitos subjetivos da escrita (especialmente a alfabética, a partir dos mesmos argumentos que nosso próximo canadense aqui considerado) envolvem uma reestruturação subjetiva com a prevalência do visual, o que leva a uma fragmentação e compartimentalização geral.

Uma outra perspectiva interessante é trazida por Havelock, canadense como McLuhan. Havelock, partindo dos trabalhos de Milman Parry, que afirmava que “(...) a *Ilíada* e a *Odisséia* eram exemplos de uma composição estritamente oral, que empregava uma linguagem formular e altamente tradicional” (HAVELOCK, 1996, p. 89), e cruzando-os com a tese de Rhys Carpenter “de que o alfabeto grego não podia ter sido inventado antes da última metade do século VIII” (HAVELOCK, 1996, p. 89), sustenta que a invenção do alfabeto, na Grécia Antiga, foi o evento fundador da possibilidade de existência de culturas letradas. As escritas anteriores, pictográficas, ideográfica, silabários, fonéticas não alfabéticas, em função de limitações ligadas às suas formas (número elevado de signos constitutivos, não univocidade das palavras etc.) eram incapazes de originar uma cultura onde a escrita tivesse uma penetração suficiente para que pudéssemos caracterizá-la como letrada, coisa que o alfabeto permite.

A quantidade de leitores é, deste modo, importante:

É a proporção numérica desse público leitor no conjunto da população usuária de uma língua falada que determina o grau em que a “cultura letrada” e o “homem letrado” passaram a existir num dado momento histórico. Em suma, “letrado” não é um termo com uma única acepção: para que tenha sentido carece de ser quantitativamente determinado, a fim de indicar o alcance da capacidade de leitura no meio onde tem lugar o ato individual de ler (HAVELOCK, 1996, p. 60).

Em suma, para que haja grande quantidade de leitores e escritores, é necessária uma escrita econômica, no sentido de poder ser aprendida de modo relativamente rápido, traço fundamental presente pela primeira vez, segundo Havelock, na escrita alfabética grega, daí sua importância.

A alfabetização, para Havelock, foi uma virada fundamental nas culturas humanas. Mas cabe perguntar fundamental de que modo.

Foram os efeitos externos político-sociais, da aquisição do pleno domínio da escrita, tão importantes e profundos como às vezes se proclama? Nossos estudos posteriores de culturas orais lançam sobre isso algumas dúvidas. O que a nova escrita pode ter feito, a longo prazo, foi mudar, em alguma medida, o conteúdo da mente humana (...) A eficiência acústica da escrita teve um resultado que foi psicológico: uma vez aprendida, não se tem que pensar nela. Embora ela seja uma coisa visível, uma série de marcas, ela cessa de interpor-se como um objeto de pensamento, entre o leitor e sua recordação da língua falada. Desse modo, a escrita veio a assemelhar-se a uma corrente elétrica ligando uma recordação de sons da palavra falada diretamente ao cérebro, de modo que o sentido parece ressoar na consciência sem referir-se às propriedades das letras usadas (HAVELOCK, 1996, p. 82-3).

Essa ressonância direta opera criando um tipo de intelectualismo:

Um discurso escrito vem a ser separado daquele que o pronunciou, e assim também o conteúdo das declarações feitas. Estas vêm a ser objetivadas como pensamentos, idéias, noções que têm existência própria. Elas parecem exigir, em correspondência com isso, uma fonte distinta, não lingüística, isto é, não associada com a boca ou a língua do falante, mas mental: uma fonte de um tipo distinto, localizada na consciência do locutor. Para produzi-los, a esses pensamentos e idéias, a consciência tem de pôr-se em ação, por meio de indagação, busca, pesquisa, exame e coisas que tais. Há pressupostos aí que vão além da questão do estilo e tangenciam a filosofia, ou pelo menos a história das idéias (HAVELOCK, 1996, p. 297).

Tem-se, assim, separação do discurso da fonte emissora, que passa esta a ser a consciência do locutor, e cuja produção supõe uma ação de pesquisa. Algo como uma interioridade racional questionadora. Esse sujeito parece bem distinto do bardo cantador da poesia oral.

As escolas estão ligadas à invenção do alfabeto e devem ser consideradas na produção dessa nova consciência.

Esse tipo de competência letrada não depende só da invenção do alfabeto, mas também de sua aplicação num sistema de instrução programada para crianças. (...) À medida

que crianças tinham tal ensino, as habilidades alfabéticas vinham a converter-se em reflexo automático, deixando de ser uma coisa laboriosamente dominada na maturidade (HAVELOCK, 1996, p. 97).

A escola permite assim que a escrita comece a operar cedo, o que sem dúvida facilita a ressonância mencionada acima. Pode-se resumir bem a posição de Havelock sustentando que o grande efeito subjetivo do alfabeto, tecnologia única a permitir o surgimento de um verdadeiro letramento, é a aparição de uma nova consciência, a consciência letrada.

Algo análogo a essa objetificação das mensagens de que fala Havelock é destacado por Jack Goody (1987).

Trabalhando a partir de sua base antropológica, Goody desenvolve uma interessantíssima abordagem dos efeitos do letramento sobre as sociedades humanas. Seu método de trabalho é comparativo. Os termos de comparação são, globalmente, de um lado, funcionando como sociedade letrada, a Mesopotâmia Antiga, locus da invenção da escrita, de outro a África contemporânea do século XX, ocupando o lugar de sociedade não letrada. A análise de Goody se desenrola então a partir de quatro parâmetros que sua formação de antropólogo indica como fundamentais, a saber: religião, economia, administração e direito. Uma nuance importante é que Goody não está abordando culturas que dispunham de uma escrita alfabética, e que, de acordo com a idéia de Havelock, seriam as únicas capazes de desenvolverem num grau suficiente grande a presença da escrita para serem chamadas de letradas. As sociedades de que se ocupa dispõem apenas de escritas pré-alfabéticas. A cultura escrita de Goody não dispõe assim da mesma tecnologia de escrita que a sociedade letrada de Havelock.

Goody não faz referência explícita ao tema da subjetividade, mas implicitamente o tema está presente em suas reflexões.

Ele assim aborda o modo como o fato de se ter uma memória material das palavras afeta o trabalho intelectual:

Um registro permanente permite reler, bem como registrar os próprios pensamentos e apontamentos. Desta forma pode rever-se e reorganizar-se o próprio trabalho, reclassificar o que já foi classificado, reordenar palavras, frases e parágrafos numa variedade de maneiras, algumas das quais podem agora ser mais efetivamente levadas a cabo, utilizando uma máquina de escrever eletrônica ou um computador pessoal (GOODY, 1987, p. 104. Abreileiramos as citações deste autor).

Ora, pode-se supor que esse trabalho intelectual que pode retornar sobre si mesmo devido à presença da escrita retroage sobre o pensador, no sentido de uma maior eliminação de suas próprias contradições cognitivas. Esse processo de redução das contradições age

levando a progressos cumulativos no conhecimento e métodos, se bem que esses processos dêem por sua vez origem a perplexidades de diferentes espécies. Tudo isto faz parte das potencialidades reflexivas da escrita, as quais assumem noções de consciência a ambos os níveis, tornando o implícito explícito e o resultado mais acessível à inspeção, à argumentação externa e à posterior elaboração (GOODY, 1987, p. 196).

Algo como uma consciência em segundo grau, consciência dos conteúdos da consciência apresentados de modo escrito emerge, algo como uma objetificação de si, que, podemos supor, deve ter implicações no modo como os sujeitos se percebem: “No contexto quer do desenvolvimento intelectual quer do prático, é importante sublinhar que um atributo significativo da escrita é a capacidade de comunicar não só com outros mas consigo mesmo” (GOODY, 1987, p. 104). Não é exagerado dizer que esse diálogo interno do sujeito consigo mesmo é fundamental na conformação da subjetividade escrita, tal como Goody a vê.

Epistemologia

Os efeitos epistemológicos da escrita são igualmente fundamentais para os autores em tela.

McLuhan desenvolve, no início de *A Galáxia de Gutemberg*, uma reflexão sobre o estatuto epistemológico da própria explicação que propõe para as transformações ligadas ao advento dos meios eletrônicos (o que pressupõe, em seu caso, uma certa forma de compreensão do escrito). Essa reflexão é uma boa porta de entrada para a discussão do modo como o canadense compreende os efeitos epistemológicos da escrita, na exata medida em que a teoria de McLuhan, um mosaico, ligada ao paradigma eletrônico, rompe com os modos de teorização tradicionais condicionados pelo escrito.

A Galaxia de Gutemberg adota e desenvolve uma abordagem dos seus problemas por campo, apresentando-os sob a forma de um mosaico de numerosos dados e citações que os evidenciam ou comprovam. Tal imagem em mosaico constitui o único meio prático de revelar operações causais na história. O procedimento alternativo seria o de apresentar uma série de quadros de relacionamentos determinados e fixos dentro de um espaço pictórico (McLUHAN, 1977, p. 15).

Ora, o mosaico se diferencia das teorias prévias que tinham a pretensão de dizer a verdade a partir de um ponto de vista universal, teorias ligadas a uma racionalidade e linearidade totalmente tributárias do escrito. Assim,

foi o método de Gutemberg, de segmentação homogênea, para o qual séculos de alfabetização fonética haviam preparado o terreno psicológico, que esboçou as características do mundo moderno. A enorme galáxia de eventos e produtos desse método de mecanização das artes e do artesanato é meramente incidental ao método propriamente dito. É o método do ponto de vista fixo ou especializado que insiste na repetição, como critério da verdade e praticidade. Hoje em dia, nossa ciência e método esforçam-se não por chegar a um ponto de vista, mas por descobrir como não ter um ponto de vista: não é o método fechado de limitação e perspectiva, mas o de “campo” aberto e de julgamento suspenso. E este agora é o único método viável sob as condições elétricas do movimento de informações simultâneas e da total interdependência humana (McLUHAN, 1977, p. 367-8).

Os grandes operadores dessas teorias universais e de ponto de vista fixo teriam sido a escrita, mais especificamente o alfabeto fonético, e posteriormente a prensa tipográfica. No que toca o ponto que aqui se trata, o importante é perceber que:

“a mera escrita, contudo, não tem a força peculiar da tecnologia fonética para destribilizar o homem. Uma vez generalizado o alfabeto fonético e abstraído o significado do som da palavra, traduzindo-se o som em um código visual, viram-se os homens às voltas com uma experiência nova que os transformou” (McLUHAN, 1977, p. 45-6).

Temos assim uma enorme conseqüência epistemológica da escrita alfabética.

Goody também se refere a uma alteração na forma de verdade. Tal mudança pode ser bem apreendida se pensarmos nas análises por ele desenvolvidas em torno dos efeitos da escrita no modo de ação da lei, campo em que o estabelecimento do que é “verdade” é especialmente importante e do ponto de vista operacional fundamental, na medida em que envolve a noção de prova:

A mudança para a escrita surge como uma força motriz que tende para um conceito mais formal de prova testemunhal e, em certo sentido, da própria verdade, tal como vimos que, ao nível da argumentação, ajuda a transformar idéias de como podemos utilizar o passado (por meio de precedentes) e ordenar o futuro (por meio de legislação). Pois o processo jurídico está intimamente relacionado com a noção de verdade. (...) E quando a escrita aparece, a preocupação com a verdade no tempo torna-se intimamente ligada ao uso da prova documental, uma idéia que é claramente afirmada no muito pormenorizado Código Visigótico de Reccesiwinth (“a Lei do Livro”) promulgado cerca de 654 d.C. (...) (GOODY, 1987, p. 175-6).

Tem-se assim um movimento no sentido de um conceito mais formal de verdade.

Nos referimos acima ao modo como a escrita apresenta novas capacidades reflexivas, pois permite a consideração e reconsideração do pensamento objetificado em texto, o que conduz a uma progressiva eliminação de contradições, num processo permanente de aparar arestas. Podemos encontrar, com Goody, traços desse movimento em momentos bem recuados no tempo:

Observem o que acontece aqui. A acumulação de documentos leva, como em Ebla cerca de três milênios antes, a esforços no sentido de os organizar em arquivos. Mas a tradição escrita é cumulativa de uma outra forma, não só quantitativamente, dado que o conhecimento contido nesses documentos está sujeito ao mesmo processo. O conhecimento acumula-se e necessita de ser sumariado. O ato de colocar diferentes textos, diferentes pontos de vista, lado a lado, tem o efeito subsequente de extrair, de apontar, as contradições que seriam difíceis de localizar no discurso oral, e de encorajar comentários, argumentações e tentativas tendentes à sua resolução, que em primeiro lugar eram muitas vezes orais. Não se trata de a contradição e a argumentação (...) estarem ausentes das sociedades orais. Quem quer que tenha assistido a uma tediosa disputa em África, ou até ao tipo menos formal de resolução de disputas, não poderá deixar de estar mais que consciente de que a argumentação e os debates fazem parte da sua essência. Mas falar contra (contra dicere) é uma coisa, escrever contra é outra. Pois não se trata simplesmente de uma questão de circulação e de pertinência; a contradição adquire uma dimensão diferente quando um texto é utilizável como instrumento de comparação. Isto passa-se porque as contradições se tornavam mais “óbvias” e mais “exatas” quando colocadas lado a lado; isso significa muitas vezes o serem retiradas de contexto, que é, como

qualquer autor sabe, uma falsificação. E o seu efeito é especialmente marcado naqueles campos em que o discurso autoritário estava então em vigor ou em que o reconhecimento da diferença requer a justaposição literal das declarações gerais feitas ao longo do tempo, um processo que se torna possível apenas com o advento de um registro quase permanente (GOODY, 1987, p. 184-5).

Havelock, por sua vez, toca explicitamente na questão da mudança dos regimes de saber por conta da presença da escrita, pois que sustenta, como tese ampla, que a filosofia é filha direta da escrita e por ela condicionada: sem escrita não teríamos filosofia. Essa proposição se relaciona às mudanças subjetivas advindas da escrita, mas também à proposição de que os modos de armazenamento orais de informação condicionam os conteúdos passíveis de serem armazenados.

As culturas orais servem-se, para tornar memorizáveis e transmissíveis os conteúdos de suas tradições, do canto como auxílio mnemônico. Assim, a transmissão para cada nova geração do que compõe a cultura em questão se dá através de relatos contados e cantados. Ora, para ser mais facilmente recuperável o canto serve-se dos recursos da rima, do ritmo: a rima e o ritmo permitem por parte do cantador uma antecipação do que deve vir a seguir, o que é preciosa ajuda se o narrado for longo. Além da rima e do ritmo, outro traço importante é que o narrado é sempre melhor memorizável se for concreto, e mais passível de esquecimento se abstrato. Deste modo, “(...) em geral os meios de comunicação tendem a condicionar o conteúdo do que é comunicado (...)” (HAVELOCK, 1978, p. 2. A tradução é nossa.) Assim, para tomar o caso príncipes de Havelock, Homero, que é certamente composição oral armazenada em escrita, guardando os traços de sua oralidade, temos rima, ritmo, hexâmetro, concretude dos conteúdos.

Para nosso autor, portanto, o fato de uma cultura ser oral significa que o que será armazenado socialmente deve sê-lo sob forma rimada, ritmada e em termos de conteúdo deve ser concreto, não-abstrato.

Ora, o produto cultural principal das sociedades orais será deste modo a poesia, entendida no sentido de poesia oral relatada, ou melhor, socialmente cantada. Enquanto tal, seu regime epistemológico está distante do que se pode qualificar como teoria, seja no sentido filosófico, seja no sentido científico.

Uma teoria só poderá surgir, ou será “causada”, como efeito do letramento, o mesmo valendo para a literatura no sentido que modernamente se dá ao termo. Com base no alfabeto, “(...) edificaram-se os fundamentos de duas formas gêmeas de conhecimento: a literatura, no sentido pós-grego; e a ciência, também no sentido pós-grego” (HAVELOCK, 1996, p. 188).

Assim o efeito epistemológico da escrita alfabética e seu conseqüente letramento, não é pequeno: toda a base da cultura ocidental e condição da posterior ciência moderna.

Nosso autor sustenta que o alfabeto, e nunca a escrita como um todo, torna possível discursos conceituais:

Um artefato visível podia ser preservado sem recurso à memória. Podia ser recomposto, reordenado, repensado, a fim de produzir formas de declaração e tipos de enunciação

antes indisponíveis - por não serem facilmente memorizáveis. Se fosse possível designar o novo discurso por uma palavra nova, o termo seria conceitual. A fala iletrada favorecera o discurso descritivo da ação; a pós-letrada alterou o equilíbrio em favor da reflexão. A sintaxe do grego começou a adaptar-se a uma possibilidade crescente de enunciar proposições, em lugar de descrever eventos. Este foi o traço fundamental do legado do alfabeto à cultura pós-alfabética (HAVELOCK, 1996, p. 16).

Esse efeito epistemológico é correlato das transformações subjetivas que discutimos acima ligadas ao surgimento, para Havelock, de uma “mente alfabética” (HAVELOCK, 1996, p. 15). Temos portanto uma tríade: escrita, subjetividade, epistemologia:

Estamos agora numa posição mais clara para compreender um motivo para a oposição de Platão à experiência poética. Sua tarefa auto-imposta, construída certamente sobre a obra de predecessores, era estabelecer dois principais postulados: o da personalidade que pensa e conhece, e o de um corpo de conhecimento que é pensado e conhecido. Para fazê-lo, ele precisava destruir o hábito imemorial de auto-identificação com a tradição oral. Pois isso havia fundido a personalidade com a tradição e tornado impossível a separação auto-consciente dela. O que significa que sua polêmica contra os poetas não constitui uma questão secundária, nem uma demonstração excêntrica de puritanismo, nem mesmo uma reação a alguma moda transitória na prática educacional grega. Ela é crucial ao estabelecimento de seu próprio sistema (HAVELOCK, 1996b, p. 217).

Conclusão

Vemos claramente em ação tanto no pensamento de McLuhan quanto no de Havelock o determinismo tecnológico, ou seja, a idéia de que é a própria tecnologia, por sua conformação material, que engendra necessariamente determinados efeitos sociais e individuais, os mesmos, independentemente da cultura e do contexto em que se insira.

Tal determinismo é bastante evidente em McLuhan, e se mostra com toda clareza na tese mcluhaniana de que o meio é a mensagem. Por outro lado, é mais sutil em Havelock, mas se evidencia na idéia de que o meio condiciona o conteúdo das mensagens. Curiosamente, é essa a interpretação de Havelock da expressão de McLuhan:

Meus leitores perceberão rapidamente minha simpatia com um princípio do argumento de McLuhan - resumido nesse aforismo “O meio é a mensagem” - de que o caráter de uma dada tecnologia de comunicação exerce considerável controle sobre seu conteúdo (HAVELOCK, 1978, p. 336).

Goody não se coloca na mesma perspectiva e é bastante enfático:

Ao tomar como tópico a escrita e a tradição escrita, por exemplo, não pretendo sequer sugerir que sejam estes os únicos fatores envolvidos em qualquer situação específica, mas apenas que eles são significativos. (...) Como consequência, escolher um tópico significa não só que se corre o risco de inflar a sua importância como, o que é ainda pior, de parecer que se acredita que as questões humanas são determinadas por um único fator (GOODY, 1987, p. 13).

É precisamente o modo de compreender a ação dos meios subsumido pelo conceito de determinismo tecnológico que desejamos discutir, a partir da obra fundamental do historiador Adrian Johns sobre a prensa e seus efeitos culturais (1998). Um modo prático de introduzir as teses de Johns é apresentar sua crítica ao trabalho monumental de Elizabeth Eisenstein *The Printing Press as an Agent of Change*, ou em versão resumida, disponível no Brasil, *A Revolução da Cultura Impressa* (1998).

Johns assim se refere a Eisenstein:

Em seu trabalho, a própria prensa fica fora da história. A prensa é algo “sui generis”, ela nos diz, pairando além do alcance da análise histórica tradicional. Sua “cultura” é, de modo correspondente, sem lugar e sem tempo. É suposta existir dado que textos impressos possuem certas características chave, fixidez sendo a melhor candidata, e carregam-na com eles quando transportados de um lugar para outro. As origens dessa propriedade não são analisadas. De fato, a acusação de determinismo tecnológico algumas vezes levantada contra Eisenstein pode até estar bem fora de propósito, na medida em que ela de modo consistente se recusa a especificar qualquer posição sobre a questão de como a cultura impressa poderia emergir da prensa (JOHNS, 1998, p. 19. A tradução de todas as citações de Johns é nossa),

de tal modo que a cultura impressa parece ser algo intrínseco aos textos impressos e portanto à tecnologia prensa. A palavra determinismo parece ficar deslocada na medida em que estamos falando de fenômenos gêmeos, portanto da exacerbação máxima do determinismo.

Ora, o ancestral mais ilustre desta tese é precisamente McLuhan. Johns, por seu lado, crítica a idéia de que a prensa tipográfica por si só geraria homogeneidade, disseminação e fixidez dos textos (cf. JOHNS, 1998, p. 19 e segs.), com uma série de evidências históricas que apontam, paradoxalmente, para um efeito contrário: “Ao invés de fixar a certeza e a verdade, a prensa as dissolveu. Ela exacerbou a efemeridade do conhecimento (...). Na Restauração [1660], a proclamação de ‘fatos’ teria lugar num ambiente de instabilidade epistêmica sem precedentes” (JOHNS, 1998, p. 172).

Essa situação de desconfiança geral ameaçava tanto os próprios materiais impressos, não confiáveis, quanto a produção do que veio mais tarde a ser chamada de a ciência moderna. Contra esse quadro, uma série de pessoas concretas encetou uma série de ações igualmente concretas no sentido de regrar e ordenar a produção de impressos, o que permitiu que estes saíssem do reino da desconfiança em que habitavam e tomassem a forma confiável que têm hoje (cf. sobre essas ações JOHNS, 1998, passim).

Assim, os efeitos sociais, culturais e epistemológicos da prensa, conforme mostra Johns, são não o resultado da simples presença da tecnologia, mas antes o resultado de complexas negociações e embates envolvendo indivíduos e grupos. Ou seja, a identidade e a forma social da tecnologia, bem como seus efeitos amplos, são contingentes e dependentes da ação humana.

Em síntese, The Nature of the Book sustenta que a identidade mesma de própria prensa teve de ser feita. Ela veio a ser como agora a experienciamos somente em razão do trabalho duro, feito através de várias gerações e nações (JOHNS, 1998, p. 2).

Estamos assim longe do determinismo tecnológico, longe da produção necessária dos mesmos efeitos, independentemente do uso que da tecnologia se faça. Johns mostra que o uso é essencial. Este autor fornece assim uma alternativa rica às análises deterministas do tipo das propostas por McLuhan ou Havelock. Seria necessário, deste modo, considerar que o uso da escrita (alfabética ou não) definiu sua forma de existência social. Goody parece ter investido num caminho mais promissor.

Mas talvez outro aspecto da teorização de Goody também seja promissor. Contra as macroanálises de tipo mcluhaniano, o antropólogo indica a necessidade de se encontrar um meio termo entre a análise ampla e a microanálise, meio termo que permitiria uma compreensão mais efetiva das experiências concretas dentro de um esquema conceitual mais amplo. Meio termo que vai tentar, também, dosar a percepção de diferenças e semelhanças, num “(...) delicado equilíbrio que caracteriza qualquer investigação deste tipo para destrinchar entre o geral e o particular (...)” (GOODY, 1987, p. 206). Nem a excessiva generalidade dos resumos esquemáticos, nem a proliferação barroca de detalhes infinitesimais, mas um balanço entre essas duas coisas, o que leva, no limite, a se perguntar mesmo pelo sentido dessas macroanálises.

Referências Bibliográficas

- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HAVELOCK, Eric A. *The Greek Concept of Justice - from its shadow in Homer to its substance in Plato*. Cambridge, Massachusetts & London, England: Harvard University Press, 1978.
- HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Campinas, SP: Papyrus, 1996b.
- JOHNS, Adrian. *The nature of the book: print and knowledge in the making*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papyrus, 1998 .